5

Considerações Finais

Foi nos caniços de Lourenço Marques e numa tarde bem diferente desta tarde gelada que conheci certo homem estranho. Creio sinceramente, seria um homem de Deus; a sua fé era tão forte que, frente a ele, embaraçava não vibrar na febre que o tomava. Era velho, muito velho, pequeno, pequeno e seco. Tão seco, tão frágil e tão decidido como a varinha que empunhava na mão direita, enquanto passeava de um lado para o outro, marcando a cadência para 50 ou 60 crianças negras e pardas, que em voz alta e de bocas muito sérias salmodiavam o vosso livro sagrado, o Alcorão. [...] Achei figura curiosa [e] dele me veio interesse de estudar o Alcorão que nunca desfolhara e de que apenas por alto me haviam falado no Liceu de Luanda e nem sequer referido na própria Faculdade de Letras de Lisboa. Na universidade de um país desde sempre em contato com o islamismo e que se proclamava justificado pela expansão.¹

Foi com essas frases melancólicas que Fernando Amaro Monteiro recordou os anos vividos em Moçambique e o seu primeiro contato com um mestre muçulmano. Na carta, escrita em 1975, e destinada a todos os muçulmanos do país independente, o pesquisador e ex-coordenador do SCCIM (Serviço de Coordenação e Centralização da Informação de Moçambique) relembra os amigos muçulmanos e a experiência mística vivida em uma mesquita, na qual sentiu verdadeiramente a presença divina.

O tom de saudosismo e amizade da carta de Monteiro se diferenciava drasticamente dos relatórios meticulosos e das ordens precisas do pesquisador, que tinham como interesse exclusivo a cooptação dessas populações a favor do governo. Afirmava que uma das únicas maneiras de conter o avanço da FRELIMO na região norte do país era conquistando as populações islamizadas.

¹ Fernando Amaro Monteiro. *Carta aberta aos muçulmanos de Moçambique*. Lisboa, 1975, p. 13-15.

Essa conquista nada tinha a ver com uma interação espontânea de iguais, que o pesquisador deixava transparecer em seu texto emocionado. Tratava-se de uma conquista racionalizada, com objetivos claros e que, mesmo sob a luz de um discurso integracionista, trazia uma ideia de hierarquia entre portugueses e muçulmanos.²

Não foi possível identificar com clareza os objetivos de Fernando Monteiro ao escrever a carta aos muçulmanos, naquele momento pós-independência. No entanto, essa correspondência é interessante por nos mostrar uma ambiguidade na postura de um dos homens mais importantes da política de aproximação entre o governo e essas populações. A afetividade e a admiração demonstradas contrastavam com a racionalidade e a frieza dos relatórios de Monteiro ao Governador- Geral, sempre reforçando a ideia de aproximação estratégica com essas populações e o perigo existente, caso isso não fosse feito.

A postura de Fernando Amaro Monteiro pode ser associada aos diferentes discursos e práticas que Portugal assumiu durante o período do Estado Novo. Vistos em um primeiro momento como ameaça, os muçulmanos foram combatidos através de um discurso de superioridade da nação portuguesa, em

² A ideia de hierarquia fica implícita na especificação dos quatro princípios da fase de captação, por Fernando Amaro Monteiro: 1) Mostrar que o poder conhecia e respeitava o Islão como religião revelada; 2) Mostrar que o poder queria ‘comunicar-se’ e sabia como e junto de quem (exatamente, ao detalhe) fazê-lo, momento a momento, sendo portanto inútil iludir uma informação oportuna, que dominava a dimensão total da relação causa/s (agente/s) – efeito/s - (agente/s) no terreno interior e exterior, isto é, o Poder queria dar-se e controlava os mecanismos de comunicação: vocacionado para fomentar o mais amplo convívio, mas dispoendo dos mecanismos e do ânimo para prevenir/reprimir; 3)Mostrar que o poder queria reconhecer o Islão moçambicano, no seu conjunto, a importância sociorreligiosa, cultural e política por ele detida, criando estruturas de consulta permanente ou estimulando a ampliada revelação da/s que, por ventura espontânea/s, existisse/m já. Para tanto, surgia lógico que a Administração Portuguesa, estudando tão vultoso aspecto, requeresse a receptividade dos condutores naturais: daí abordá-los no seu meio, de forma tão disponível e cortês quanto possível, mas também impressiva; atentas as posteriores repercussões intestinais, as quais recortavam ou alteravam a análise de motivações e importância dos mecanismos operada na fase de detecção. 4) No desenvolvimento do conteúdo da determinante anterior, explorar duas idéias-força associadas entre si: o poder queria preservar a cultura dos Muçulmanos/difundir a língua portuguesa. Ela era forma una no território de comunicação plural; assim, seria também lógico, além de pragmático (até o desiderato, quanto à expressão oficial, dos próprios elementos afectos à FRELIMO, a qual para tanto perfilharia, como se sabe, o português projetasse a administração divulgar, nesta língua, textos islâmicos fundamentais. Fernando Amaro Monteiro. “Moçambique 1964-1974: As comunidades islâmicas, o poder e a guerra”. *Africana*. Centro de Estudos Africanos, Nº 5, setembro de 1989. Universidade Portucalense: Porto, p. 83-125.

contraste com a visão de degeneração da religião islâmica. Nos anos 60, o islamismo foi visto como elemento importante na formação da nação lusotropical.

No primeiro capítulo, apresentamos as reformulações políticas e jurídicas implantadas pelo Estado Novo (1933-1974), que tinham por objetivo estabelecer um novo vínculo entre Metrópole e colônias. Com a promulgação da nova *Constituição* e do *Acto Colonial* de 1933, Portugal e seus domínios ultramarinos formavam uma comunidade de solidariedade natural, em que cabia a Portugal garantir os interesses comuns, respeitando as especificidades locais.

Naquele momento, criava-se a ideia de que Portugal era uma nação especial, cuja missão seria levar a religião cristã e a civilização aos povos colonizados, incorporando-os gradualmente à nação portuguesa.

A missão de levar a religião cristã aos nativos era legitimada pelos acordos assinados com a Igreja Católica, a partir de 1940. Essa aliança visava utilizar o fenômeno religioso como um elemento estabilizador da sociedade, capaz de reintegrar Portugal à sua unidade moral e, ao mesmo tempo, proteger as colônias das possíveis ameaças trazidas pelas outras religiões.

Na década de 50, o diagnóstico de que, em Moçambique, o número das missões católicas era extremamente menor do que as protestantes foi impactante para o regime. Além de possuírem maior infraestrutura e mais escolas, as missões protestantes tinham uma metodologia de ensino baseada nas línguas locais. As escolas corânicas também existiam em maior número e tinham como base educacional o ensino do árabe.

Aquela situação destoava da ideia de nação forte que se desejava construir naquele momento. Todas as religiões, com exceção da católica, assumiriam o caráter de ameaça e deveriam ser combatidas. Entre os empecilhos colocados pela administração colonial, havia as dificuldades burocráticas na concessão de terrenos, e os professores nativos eram constantemente escolhidos para o trabalho

forçado e o serviço militar. Os materiais didáticos eram destruídos e exercia-se uma grande pressão para que as crianças frequentassem as missões católicas.³

A presença islâmica em Moçambique e a sua grande diversidade foram os temas tratados no segundo capítulo. Através do discurso de diferentes intelectuais portugueses da época, apresentamos o cenário turbulento dos anos 50, período do início do processo de descolonização na África. O temor dessa descolonização, a partir da matriz islâmica, reafirmava-se de maneira mais intensa.

A percepção de que o islamismo se espalhava pelo mundo fazia com que os intelectuais confirmassem o diagnóstico, feito por Fernando Amaro Monteiro, em sua carta, de que em Portugal pouco se conhecia sobre o tema. Foi naquele ambiente que as discussões e os estudos sobre o islamismo proliferaram na África portuguesa, não apenas os estudos práticos realizados pelos representantes do poder colonial, mas também os efetuados nas universidades.

Naquele momento, existia em Portugal uma grande necessidade de fomentar estudos sobre o mundo islâmico no país, com o intuito de conhecer melhor esse perigo, para combatê-lo em Moçambique. Autores, como Eduardo Dias e José Julio Gonçalves, foram os primeiros a discutir sobre a questão islâmica, buscando objetividade, apesar de suas concepções apresentarem certo desconhecimento e eurocentrismo.

O terceiro capítulo discutiu como o início do processo das lutas de libertação nacional na África impulsionou Portugal para uma mudança estratégica de postura, a de formar alianças com as populações islamizadas. Isto aconteceu não apenas em Moçambique, mas também na Guiné Bissau. Houve uma inversão do discurso, e os muçulmanos, que representavam uma ameaça ao projeto da nação portuguesa, tornaram-se parte integrante dela.

No entanto, cabe ressaltar que essa aproximação foi direcionada a um determinado ramo do Islã, o das confrarias, apesar de que o discurso oficial promovido fosse extensivo a todos os muçulmanos da província. Essa

³ José Luis Cabaço. *Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 214.

aproximação foi estrategicamente pensada, pois era um importante instrumento de contenção do avanço da FRELIMO na região norte do país.

A política de cooptação dos muçulmanos das irmandades contou com a criação de órgãos para estudos e do controle rígido dessas populações e a difusão de uma retórica de que Portugal constituía um império lusotropical, capaz de se adaptar e assimilar o melhor de todas as culturas.

Se antes o caráter transnacional do Islã era fator de desconfiança e temor, nos anos 60 transformou-se em uma qualidade, da qual os portugueses se apresentaram como herdeiros. Assim como a capacidade assimiladora da religião muçulmana, o amplo aspecto da nacionalidade portuguesa se transformaria em característica positiva.

Em termos práticos, essa política se desdobrou em privilégios para essas populações, como o financiamento de peregrinações a Meca, as distribuições de donativos, a construção e as reformas de mesquitas, a presença de representantes portugueses em festividades muçulmanas, etc. No entanto, essa política de aproximação perdeu sua força, à medida que a guerra colonial se prolongou e o regime se mostrava cada vez mais desgastado.

O breve estudo apresentado nesta dissertação foi apenas um primeiro esforço de iniciação em um tema que deverá ser ampliado em pesquisas posteriores. Há plena consciência de que o trabalho deixa várias lacunas a respeito da especificidade desses grupos, que, aqui, são tratados genericamente, como irmandades ou confrarias. É fundamental o estudo de suas práticas e de como cada uma delas negociava com o poder instituído. No entanto, a documentação e o tempo disponível, neste momento, não permitiram esse tipo de análise mais aprofundada, ficando a questão para um próximo projeto.